

A. I. N° - 279757.0014/19-9
AUTUADO - QBEX COMPUTADORES EIRELLI
AUTUANTES - AGILBERTO MARVILA FERREIRA e JAYME GONÇALVES REIS
ORIGEM - IFEP INDÚSTRIA
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 07/07/2020

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0064-04/20-VD

EMENTA: ICMS. 1. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL. FALTA DE RETENÇÃO E RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. a) OPERAÇÕES REALIZADAS POR AUTÔNOMO OU EMPRESA NÃO INSCRITA b) PRESTAÇÕES SUCESSIVAS. Legislação tributária aplicável: atribui ao tomador dos serviços a responsabilidade pelo lançamento e recolhimento do imposto devido. Infrações subsistentes. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 25/09/2019, exige ICMS no valor de R\$301.658,09, em decorrência do cometimento das seguintes infrações:

Infração 01 –07.09.03- Deixou de proceder à retenção do ICMS, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às prestações de serviços de transporte interestaduais e intermunicipais, efetuados por autônomo ou empresa transportadora não inscrita neste Estado, no valor de R\$19.157,91.

Infração 02 - 07.14.03- Deixou de proceder à retenção do ICMS e o consequente recolhimento, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às prestações de serviços sucessivas de transporte interestaduais e intermunicipais, no valor de R\$282.500,17.

O autuado apresenta defesa às fls. 41, inicialmente falando sobre a tempestividade da apresentação da mesma. Após afirma, em relação à infração 01, que os produtos que circularam nas notas informadas não possuem substituição tributária por se tratar de tablets referentes aos seguintes códigos fiscais:

84.71- Máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades; leitores magnéticos ou ópticos, máquinas para registrar dados em suporte sob forma codificada, e máquinas para processamento desses dados, não especificadas nem compreendidas noutras posições;

8471.30 - Máquinas automáticas para processamento de dados, portáteis, de peso não superior a 10 kg, que contenham pelo menos uma unidade central de processamento, um teclado e uma tela;

8471.30.1- Capazes de funcionar sem fonte externa de energia;

8471.30.19 - Outras.

Em seguida conclui que os produtos relacionados com o código 8471.30.19 não possui substituição, e informa estar anexando nota fiscal como amostra e documento com as informações inerentes aos produtos que de fato circularam.

Um dos autuantes, ao prestar Informação Fiscal fls. 43 a 44, diz que a autuada discorreu sobre matéria totalmente diversa da exigida no presente auto de Infração, pois ao invés de se referir aos transportes de cargas relacionados nos demonstrativos de fls. 11 a 35, trata de substituição tributária de mercadorias, quando em momento algum, há referência no auto de infração sobre substituição tributária de mercadorias.

Assevera que a empresa não reteve e nem recolheu ICMS sobre operações de contratações de serviços de transporte de cargas, por transportadoras inscritas e não inscritas no Estado da Bahia.

Conclui que a autuada não se defendeu da acusação que lhe foi imputada, apresentando argumentos sobre outra matéria e que o processo administrativo fiscal encontra-se instruído com

todas as peças que comprovam o descumprimento da legislação tributária, ao deixar de reter e recolher o ICMS devido nas operações relacionadas nos demonstrativos de fls. 11 a 35.

Conclui afirmando que a autuada não elidiu as acusações, e opina pela Procedência do Auto de Infração.

VOTO

O Auto de Infração em lide é composto de duas ocorrências, sendo que pelo que constam nos autos, ambas infrações tratam da falta de retenção do ICMS e o consequente recolhimento, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às prestações de serviços de transporte interestaduais e intermunicipais.

A primeira infração diz respeito às prestações efetuadas por autônomo ou empresa transportadora não inscrita neste Estado, e a segunda a operações sucessivas. Neste sentido, as abordarei conjuntamente.

O sujeito passivo não se insurgiu em relação à exigência relativa à infração 02. No que tange à infração 01, como bem pontuou o autuante, na peça defensiva foram trazidos argumentos completamente dissociados da autuação.

Por outro lado, a Lei nº 7.014/96, no art. 8º, V, atribuiu ao contratante de serviço ou terceiro que participe da prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal, a responsabilidade pelo lançamento e recolhimento do ICMS, na condição de sujeito passivo por substituição, devendo fazer a retenção do imposto devido na operação ou operações a serem realizadas pelos adquirentes, bem como do imposto relativo aos serviços prestados, *in verbis*.

Art. 8º São responsáveis pelo lançamento e recolhimento do ICMS, na condição de sujeitos passivos por substituição, devendo fazer a retenção do imposto devido na operação ou operações a serem realizadas pelos adquirentes, bem como do imposto relativo aos serviços prestados: (...)

V - o contratante de serviço ou terceiro que participe da prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal.

Por seu turno, ao tratar das prestações de serviços de transporte sujeitas à substituição tributária, determina o art. 298 do RICMS/2012 que:

Art. 298. Somente são sujeitas à substituição tributária por retenção as prestações de serviços de transporte contratadas por contribuinte inscrito neste estado na condição de normal:

I - realizadas por autônomo ou por empresa transportadora não inscrita neste estado;

II - que envolva repetidas prestações de serviço vinculadas a contrato.

Portanto, resta concluir que as exigências contidas no presente processo têm respaldo nos dispositivos transcritos e devidamente demonstrado através das planilhas de fls. 11 a 35, razão pela qual, ambas são subsistentes.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **279757.0014/19-9**, lavrado contra **QBEX COMPUTADORES EIRELLI**, devendo ser intimado o autuado, para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ R\$301.658,09**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inc. II, alínea “e” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 28 de abril de 2020.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA – PRESIDENTE

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ – RELATORA

JOÃO VICENTE COSTA NETO - JULGADOR